

4ª CÂMARA CÍVEL

ED no RA na Apelação Cível nº 312800-7

Vara Única(Triunfo)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: João Cipriano

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

ACÓRDÃO

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO EM REPERCUSSÃO MÉDIA. APLICAÇÃO DA GRADUAÇÃO ESTABELECIDADA PELA LEI Nº 11.945/09. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos no art. 535 do Código de Processo Civil, assim, somente são cabíveis nos casos de eventual obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não estando a decisão embargada eivada de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda erro material, inexistente ofensa ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.
3. Embargos improcedentes e conhecidos para fins de prequestionamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 312800-7**, da Comarca de Recife, em que figuram como Embargante **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, e como Embargado **João Cipriano**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer dos presentes Embargos de Declaração opostos por **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, exclusivamente para fins de prequestionamento, mas, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)



4ª CÂMARA CÍVEL

ED no RA na Apelação Cível nº 312800-7

Vara Única(Triunfo)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: João Cipriano

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

RELATÓRIO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A interpõe os presentes embargos de declaração em face da decisão proferida no Recurso de Agravo em apenso, cujo acórdão foi assim ementado:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO À INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL DE REPERCUSSÃO MÉDIA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. CONFIGURAÇÃO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. OBEDIÊNCIA A SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. A perda anatômica ou funcional de estrutura do membro inferior direito caracteriza invalidez permanente parcial incompleta, nos termos do art. 3º, § 1º, inc. II da Lei 6.194/74.

2. Complementação da indenização mantida em R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) em função de diferença entre o valor pago administrativamente e a quantia estabelecida na Lei nº 11.945/09.

3. É pacífica a aplicabilidade da proporcionalidade no cálculo das indenizações do seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial, conforme preceitua a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Recurso de Agravo Legal improcedente. Decisão Unânime.

A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A apresentou os presentes Embargos de Declaração (fls. 191/201) com o intuito de ter prequestionada a matéria anteriormente posta em sede recursal.

A embargante, ainda, aponta a existência de contradição, defendendo que o ponto controverso se refere à necessidade do pagamento indenizatório ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, conforme dita a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça e as Leis 11.482/07 e 11.945/09 que alteraram a Lei 6.194/74 que trata do Seguro DPVAT. Nesse sentido aponta que a lesão se cingiu ao tornozelo direito.

Acrescenta, também, que o cálculo da correção monetária deve ser feito do ajuizamento da ação, conforme preceitua a Lei 6.899/81, pleiteando, inclusive a alteração do julgado em seus efeitos infringentes.

O embargado alega (fls. 210/214), em síntese, que o embargante pretende por meio inapropriado, embargos declaratórios, modificar o teor da decisão embargada, inexistindo contradição no presente caso.

É o relatório.

Recife, 22 de [assinatura] de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)

Ed A

4ª CÂMARA CÍVEL

ED no RA na Apelação Cível nº 312800-7

Vara Única(Triunfo)

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Embargado: João Cipriano

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

VOTO

Previamente, importante ressaltar que os embargos de declaração possuem natureza de integração com a decisão que está sendo embargada e não possui o caráter inconformista comum dos recursos em geral, que se prestam a devolver ao órgão colegiado o reexame da matéria questionada.

Com efeito, a lei processual exige que o julgado objeto de embargos de declaração demonstre a existência, separada ou conjuntamente, de omissão, contradição, obscuridade e erro material.

No caso em apreço, a embargante aponta a existência de contradição na decisão embargada, nos termos do art. 535, II do CPC, com finalidade evidente de prequestionamento. Requer a manifestação expressa acerca da violação dos dispositivos indicados (Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.482/07 e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça), devendo, portanto, todos os artigos pertinentes a tal matéria serem prequestionados.

Não há empecilhos quanto ao prequestionamento aventado, até porque se exige que a matéria ulteriormente a ser remetida a conhecimento do STJ, vontade expressamente defendida pela embargante, seja debatida na corte originária, e o veículo mais comumente utilizado para isso são os embargos de declaração. Se não fosse assim, o recurso especial que a embargante pretende manejar sequer seria conhecido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEGISLAÇÃO FEDERAL ALEGADA COMO VIOLADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE. EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. [...] 2. A leitura atenta do acórdão combatido, integrado pelo pronunciamento da origem em embargos de declaração, revela que os artigos insertos na Lei Federal n. 9.394/96, bem como as teses a eles vinculadas não foram objeto de debate pela instância ordinária, o que atrai a aplicação da Súmula n. 211 desta Corte Superior, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto por ausência de prequestionamento. 3. O prequestionamento constitui pressuposto indispensável, inclusive no que concerne ao recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea b, da CF/88, razão pela qual a ausência de prévio pronunciamento da Corte de origem, acerca da legislação federal alegada como violada implica o não conhecimento do recurso. [...] (EDcl no AREsp 411.294/MG. Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2014. DJe 10/02/2014) – [destaquei]

Em suas razões recursais, sustenta que a indenização paga deve respeitar os limites impostos pela Lei 11.482/07 e Lei 11.945/09, além das determinações da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, quanto à proporcionalidade entre o grau da invalidez sofrida e o montante indenizatório a ser pago.

Não querendo adentrar nas questões meritórias, mesmo porque não afeitas a este julgamento, a controvérsia, novamente ressaltada pela embargante, a meu ver, foi suficientemente debatida no decorrer de todo andamento processual.

Ademais, o voto que embasou a decisão recorrida não padece de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material, posto que analisou detalhadamente a

questão atinente à lesão sofrida pelo embargado, a sua respectiva graduação e debateu sobre a referida proporcionalidade necessária ao pagamento indenizatório. Dessa forma, os presentes Embargos de Declaração revelam-se como mais uma repetição das mesmas e infecundas alegações do embargante.

Em verdade, o que se percebe claramente, consoante se depreende da leitura das razões da embargante, é que esta pretende, por via oblíqua, reexaminar a matéria, já decidida quando do julgamento do recurso de agravo; bem como alterar a conclusão do julgado, o que, como já foi dito, não é admitido na espécie, em face dos estreitos limites do art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANISTIA. MAGISTRADO IMPOSSIBILITADO DE CONTINUAR EXERCENDO FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO EM RAZÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 7/1977. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REEXAME. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. SEGUNDOS ACLARATÓRIOS. INCONFORMISMO. 1. Hipótese em que ficou assentado expressamente que: a) a alegação de afronta aos arts. 2º, 16 e 19 da Lei 10.559/2002, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo. Incide a Súmula 211/STJ; e b) o Tribunal de origem concluiu, com base na prova dos autos, que o afastamento do magistério não decorreu de perseguição ou de qualquer ato de exceção endereçado ao agravante, mas sim por força de um novo regime jurídico instituído em norma geral (Emenda Constitucional 7/1977) aplicável a todos os magistrados (fls. 625 e 650, e-STJ). A revisão dessa orientação implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ. 2. Esta Turma desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado. 3. Os argumentos do embargante denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os segundos aclaratórios a esse fim. 4. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que os segundos Embargos de Declaração só se prestam a corrigir falhas na prestação jurisdicional existentes no julgamento dos primeiros Embargos de Declaração, e não do acórdão principal. 5. Segundos Embargos de Declaração rejeitados com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito à multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 187.963/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 06/12/2013) – [destaque]

Por tais razões, ao tempo em que conheço do recurso, para fins de prequestionamento, voto no sentido de negar provimento, por não vislumbrar na espécie qualquer dos vícios do art. 535, do Código de Processo Civil.

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relatpr (substituto)

Ed A